

A crise que une? Tempos turbulentos na UE e a reação do público europeu

Ana Paula Tostes⁴⁶

Resumo

Partindo da hipótese de que a crise do euro não implica necessariamente na crise da União Europeia (UE), este artigo considera a análise da opinião pública europeia relevante no contexto da crise, pois a atitude dos cidadãos é fundamental para a eficiência da polity europeia (Gabel 1998). Utilizando-se de pesquisas recentes conduzidas pelo Eurobarometer, busca-se investigar a percepção sobre o papel da UE na busca de soluções para os efeitos devastadores da crise econômica. O artigo reflete os primeiros resultados desta agenda de investigação sobre a relação entre a atitude do público europeu e os riscos da própria União. As primeiras conclusões são que, apesar da crise e quiçá por causa dela, a atitude dos cidadãos europeus sugere que esses preferem passar pelas turbulências internacionais ainda mais unidos a passar separadamente, além de acreditarem que a UE tem melhores instrumentos para orientar saídas para a crise que os governos nacionais.

Palavras chave: crise na UE; crise euro; opinião pública europeia.

Introdução

Observando-se a história da integração europeia é possível identificar que nunca houve um objetivo meramente econômico neste modelo de integração que inovou, não apenas pela sua complexidade, mas principalmente pela sua capacidade de gerar novas competências institucionais, um novo direito, uma nova moeda e um novo paradigma para a integração regional. Em outras palavras, a integração europeia produziu um novo e complexo sistema político (Hix 2008 e 2005, 5), sem, portanto romper completamente com a organização territorial dos Estados e mantendo diferentes espaços de competência política e jurídica em níveis intergovernamentais e supranacionais. Mesmo sem ser comparável, tornou-se inevitável ter-se a UE como um modelo de equiparação, referência para imitação e/ou diferenciação, repúdio ou idealização de outros projetos de integração. No entanto, mesmo depois de cerca de 60 anos de contínua construção, aperfeiçoamento e aprofundamento na integração regional, não apareceu ainda nenhum outro modelo de integração regional que seja extensivamente comparável ao europeu. Talvez por isso ainda seja difícil compreender com-

pletamente as inovações econômicas e políticas envolvidas no grau de complexidade da UE.

Este artigo visa considerar criticamente uma visão mais generalizada sobre a relação direta entre a crise financeira internacional, que tem afetado mais ou menos toda a sociedade internacional e consequentemente o euro, e uma eventual crise da própria UE. Até que ponto a crise do euro pode afetar efetivamente um modelo de integração política já tão aprofundado e consolidado como o europeu? Certamente isto ainda não se pode medir, exatamente pelas razões do ineditismo do modelo europeu apontadas acima. No entanto, no esforço de se acompanhar o impacto da crise econômica sobre a crise institucional e política, a atitude do público europeu se torna uma chave fundamental, como já provada pela extensa contribuição de Gabel (1998 e 2003).

A partir da análise de pesquisas recentes do Eurobarometer, este artigo conclui que já há indícios de que tem valido aos europeus a máxima: antes bem acompanhados do que sós na crise. Considerando-se as mais recentes pesquisas de opinião pública europeia, este parece ser o cálculo da maioria no auge dos debates sobre uma possível relação entre a crise do euro e uma eventual crise da própria UE. Ainda que haja diferenças entre países, não parece significativo o avanço de uma visão de que a UE possa estar abalada enquanto projeto político, ainda que o euro esteja sob risco.

46. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.



Integrar para crescer

Foram as elites políticas de atores poderosos europeus, alemães e franceses, que iniciaram a integração na Europa, certamente sem encontrarem oposição dos Estados Unidos, mas principalmente conduzindo interesses domésticos, regionais e internacionais ao mesmo tempo. Assim como se deu na formação dos Estados nacionais europeus (Tilly 1975), a integração aprofundou sua estrutura institucional a partir de interesses econômicos e políticos antes que as sociedades estivessem conscientes do que se passava.

Além da Alemanha já conhecer os benefícios de uma integração econômica, desde o desenvolvimento do Zollverein no início de século XIX, até a criação do Estado alemão unificado em 1871, o país se via em busca de sua reincorporação ao continente, da reestruturação de sua autonomia e da refundação de sua legitimidade após a segunda guerra mundial. A França, por outro lado, buscava estabilidade econômica, segurança e paz na região, fragilizada pelas guerras e pela criação da URSS. Uma longa e conhecida história pode ser contada, com mais e menos momentos felizes, do longo processo da integração regional europeia. No entanto, mesmo considerando-se os momentos de dificuldade e crises, é correto afirmar que a UE tem se mostrado poderosa na medida exata de sua capacidade de adaptação, flexibilidade, resiliência. A cada crise uma solução, a cada passo para trás, dois para o lado, e ao fim acaba caminhando para frente.

No começo do século XIX, enquanto a França se fortalecia como um Estado unitário, as dezenas de pequenos estados germânicos passavam por crises de estabilização de seus negócios, excessos tarifários e dificuldades de gerenciamento de seu comércio em função das inúmeras fronteiras e barreiras tarifárias com diferentes gestões e normas de comércio e negócios. Assim, foi sob a liderança da Prússia, que a coordenação de uma união econômica se ensaiou na região sob o nome de Zollverein. A Prússia funcionava na ocasião como o paymaster exercia um papel institucional e político fundamental como coordenadora do aprofundamento do processo de integração (Mattli 1999, 123). Apesar das primeiras iniciativas de integração terem se dado a partir de 1819. Naquele ano, uma petição foi endereçada ao rei da Prússia por cerca de 5.000 trabalhadores, proprietários de fábricas e comerciantes, expressando o desejo de se criar uma espécie de Liga comercial e industrial (idem, 113) que resultaria numa união alfandegária. Em 1834 se formalizou a União (verein) de deveres (zoll), gerando com isso uma área de integração econômica que se fortaleceu ao longo do século e culminou na criação do Estado alemão.

Foi só a partir da década de 1830, mais especialmente da criação da zona econômica de integração— que acabou com cerca de 38 fronteiras alfandegárias (idem, 113), que se começou a derrubar os obstáculos à livre circulação de bens e mercadorias, trabalhadores e serviços, que tornavam o desenvolvimento dos estados germânicos conturbado. Não é difícil calcular como essa situação da Alemanha, que vigorava até o início do século XIX, contrastava fortemente com os benefícios do grande território francês para a organização de sua política doméstica e externa, já que

os grupos econômicos franceses não se deparavam com tal fragmentação. Contada rapidamente esta história, pode-se resumir que a consequência da criação e aprofundamento da integração dos estados germânicos se revelou em ganhos evidentes para todos os seus Estados membros a partir do Zollverein.

Com o tempo, a integração sob o domínio da Prússia gerou um sistema judiciário comum e estabeleceu um acordo para criar uma moeda comum: o South Germanflorin. Em 1857, uma convenção entre os Estados membros estabeleceu a adoção da nova moeda única para a região (o vereinsthaler), com o valor equivalente a moeda da Prússia (thaler) usada até a criação do Estado alemão, que surgiu no fim do século como uma consolidação política da integração econômica que se aprofundou.

Essa história serve à reflexão sobre o prévio conhecimento e experiência da Alemanha a respeito dos eventuais benefícios, a longo termo, de uma integração econômica. No caso da UE, além de estar relacionada aos interesses de desenvolvimento e adaptação a um mundo globalizado e dominado por uma potência quase continental como os Estados Unidos, esta viria substituir uma Europa marcada por divisões internas das quais países haviam sido vítimas e algozes de seus próprios vizinhos. Seria no mínimo superficial qualquer conclusão imediatista no sentido de que uma crise econômica, que é mundial, poderia destituir planos de uma união de Estados, como a europeia, sem uma alternativa clara de substituição de projeto de desenvolvimento e estabilidade.

Apesar da Alemanha ser o paymaster da UE, responsável pela maior parte do seu PIB, em uma pesquisa de opinião nacional realizada em 2012, a larga maioria de seus cidadãos demonstra não apenas “estarem conscientes do que é UE” (aware) e suas instituições, mas ainda a considera politicamente relevante. Quando comparados os graus de importância das instituições europeias e nacionais para a condução da política alemã, 81% considerou a UE “importante para a política alemã” e 82% considerou o governo federal da Alemanha “importante para a política alemã” (Wilde e Zurn 2012, 146). Ponderando-se sobre o fato de que nunca houve uma consulta popular sobre qualquer tema ou ratificação de tratado da UE na Alemanha, esse é um resultado intrigante. Como destaca Wilde e Zurn (2012), esta atitude alemã confirma análises como as de Hobolt (2012) e Ecker-Ehrhardt e Wessels (2011), que estudam a correlação entre a avaliação que os cidadãos europeus fazem sobre a UE e seu próprio governo nacional. Em outras palavras, os cidadãos já reconhecem nas instituições europeias sua função política e governamental, utilizando-se dos mesmos critérios que avaliam a política nacional para identificar, na UE, sua importância e relevância para a política nacional ao lado das instituições nacionais.

Esta visão da mudança do cenário sobre a relação entre o público europeu e a instância política supranacional, reconhecendo cada vez mais sua existência e importância, é uma novidade e uma consequência certamente não antecipada de uma situação de crise incomparável como a que a União passa atualmente. Assim, ainda que qualquer conclusão definitiva sobre o significado



e desdobramento desta mudança de cenário seja precipitada, tal mudança de atitude do público europeu parece ser identificada desde 2009, exatamente no início do aparecimento dos efeitos da crise internacional na região. Para exemplificar, mais uma vez será utilizado o caso da opinião pública alemã, pois essa tem demonstrado ser razoavelmente consciente de sua condição de paymaster da UE. Apesar de tal condição e da crise que se aponta em 2009, os cidadãos alemães se mostram crescentemente comprometidos com a UE, como é possível verificar dos dados do Eurobarometer sistematizados no gráfico abaixo:

Figura 1. A UE deveria ter mais ou menos poder decisório? (Alemanha, 2009)

Fonte: Eb 71 2009

A perspectiva histórica associada aos dados de opinião pública são aqui apresentados como elementos de reflexão sobre uma possível novidade na UE. Tomando-se um caminho diferente dos debates sobre o déficit democrático europeu (Weiler, Haltern e Mayer 1995, Follesdall e Hix 2005, Majone 1998, Moravcsik 2002), e mesmo em meio à crise econômica, seria possível identificar sociedades europeias mais conscientes da importância política da UE para a sua política doméstica e no contexto internacional? Este artigo não pretende responder como a UE reagirá, a longo prazo, a este momento de ruptura de seu crescimento, mas intenciona refletir sobre a reação das sociedades dos Estados membros a este impasse e uma eventual modesta mudança de atitude sobre a integração, na contramão do common wisdom que considera que crises sempre resultam em rompimento e fragmentação.

Crise para unir?

A união econômica monetária (UEM), historicamente, pode ser compreendida a partir de três etapas: a primeira iniciada em 1990, que implicou a supressão de controle cambial entre os Estados membros da União, o aumento de recursos para os fundos

estruturais e a convergência econômica. Depois em 1994, quando os governadores dos bancos centrais se uniram para criar o Instituto Monetário Europeu (IME) e regulamentar a redução dos déficits nacionais. Finalmente, a terceira etapa, quando adotou o euro em 1º de janeiro em 1999, como moeda única entre os Estados membros que aderiram ou viessem a aderir a UE. Nesse momento substituiu-se o IME pelo Banco Central Europeu (BCE), que passa a ser responsável pela política monetária na chamada zona do euro. Mais de dois terços da população da UE começa a adotar efetivamente a nova moeda a partir do início de sua circulação em 1º de janeiro de 2002. Os novos países que passam a integrar a UE devem adotar o euro, porém precisam cumprir, dentro de prazos estabelecidos, as metas de convergência (que se referem a metas de estabilidade de preços, taxas de juros, déficits e dívidas públicas, além de estabilidade de taxa de câmbio).

Embora muitos cidadãos de novos Estados membros não o saibam, a adoção do euro é obrigatória a novos membros da União e não há previsões jurídicas nos tratados internacionais sobre eventual saída da zona do euro ou expulsão por não mais atender aos critérios. Nesse tema, a UE mais uma vez mostra-se em permanente construção, experimentando seus limites e sedimentando a experiência que deixa ao futuro a solução para problemas inéditos e ainda desconhecidos nas suas dimensões. O ineditismo e a inovação política e econômica da UE tem sido enfrentados através de uma estratégia até então eficiente: a UE nunca procura prever em todos os seus aspectos as melhores soluções para os problemas futuros, vai se flexibilizando como o fez, desde a mudança de planos de uma integração homogênea, que era sua primeira opção, para uma integração à la carte, a partir das exceções exigidas pela Dinamarca e Grã-Bretanha. Busca, em alguns episódios, recuperar uma certa legitimidade na relação direta com as sociedades através de estratégias nem sempre vencedoras, como a de apelidar um tratado reformador de “constituição europeia”. Enfim, nem por isso temos visto as crises já enfrentadas pela UE como rachaduras na sua estrutura institucional e arquitetura jurídica comunitária.

Pesquisas de opinião pública do Eurobarometer vêm demonstrando uma reação curiosa da atitude dos cidadãos diante da UE e suas instituições, em meio ao momento crítico atual. O que não há de surpreendente sobre a queda no nível de confiança nas instituições europeias se compensa na percepção de que a UE ainda é a arquitetura institucional e política dotada de melhores instrumentos para se superar os efeitos da crise mundial sobre os países europeus. Em suma, é fato que o nível de confiança na UE caiu em 2012 ao mais baixo já atingido (31%) e a confiança nos governos nacionais e parlamentos nacionais aumentou (28% respectivamente), diminuindo-se o gap entre as duas instâncias, que antes demonstravam ainda maior confiança nas instituições europeias do que nas nacionais. Esse quadro revela, entretanto, que mesmo diante da queda de confiança, a UE é reconhecidamente, aos olhos dos cidadãos europeus, uma instância de poder primordial, no mínimo quase tão importante quanto às instituições políticas nacionais (Eb 77 2012). Há muito que se refletir sobre isso, que este artigo não explorará na sua completude.

47. Citado por Wilde e Zurn (2012)



Apesar de 52% dos respondentes da primeira pesquisa de 2012 do Eurobarometer (Eb 77 2012) ainda defenderem a moeda única, é notória a diminuição da sua credibilidade e o aumento da rejeição ao euro, bem como uma queda de confiança no Banco Central Europeu. Como já era de se esperar, será necessária a apresentação de resultados satisfatórios para a crise, para que a atitude do público europeu sobre os símbolos e gestores da economia se recuperem (Jones 2009).

Entretanto, diferentemente se mostra a atitude dos cidadãos no que se refere a UE em geral quando perguntados sobre as consequências da crise e sua relação com a EU. Observa-se um entendimento de que a UE tem tomado os rumos certos para a saída da crise diante dos novos desafios mundiais. Embora 31% do público europeu acredite que a UE não está no rumo certo (percentual que se manteve estável entre os anos de 2011 e 2012), cresceu de 38% para 40% o percentual de respondentes que veem favoravelmente a direção tomada pela UE, em um crescente otimismo sobre sua atuação (Eb 77 2012, QB3). Em outras palavras, apesar das críticas ao euro e a UE, esses não ocupam mais um lugar de indiferença ou desinformação por parte do público europeu, pois os percentuais referidos são relevantes e a visão de que a UE tem instrumentos eficientes e tem tomado a direção correta nas suas políticas são resultados reveladores sobre uma eventual mudança na relação entre o público europeu e a UE.

Ainda mais surpreendentes são as perspectivas de attachment entre os cidadãos europeus e as instituições e políticas europeias, bem como entre si. As últimas pesquisas do Eurobarometer demonstram que a crise parece estar aproximando os cidadãos, apaziguando arestas e provocando atitudes de posicionamento no sentido de defenderem a importância e a eficiência das instituições europeias, como se pode notar do gráfico abaixo:

Figura 2. Várias questões sobre as consequências da crise para a UE



Fonte: Eb 75 2011

No contexto da atual crise, 84% da opinião pública europeia hoje concorda que “como consequência da crise, os países da UE devem trabalhar ainda mais próximos”, contra 11 % que discordam disso. Números que se complementam com a concordância de 63% da opinião pública sobre a afirmação de que a UE “possui poderes suficientes e instrumentos para defender interesses econômicos da Europa na economia global.” Em longo prazo, 53% da opinião pública acredita que como consequência da crise “a

UE se tornara ainda mais forte.” Finalmente, 42% da opinião pública europeia hoje concorda que “como consequência da crise, se sentem mais próximos dos cidadãos de outros Estados membros” (Eb 77 2012, QC4a).

Dentro da UE, 79% dos cidadãos dos Estados membros e 78% dos que fazem parte da zona do euro (mais do que nos anos anteriores) acreditam na necessidade de uma ainda maior coordenação entre Estados membros. Isto porque 77% dos europeus acreditam que a UE exerce um papel importante no combate à crise e pode promover uma supervisão mais estreita das atividades dos bancos e das instituições financeiras (Eb 75 2011).

Em várias pesquisas, desde 2008, o Eurobarometer tem incluído perguntas sobre o quanto o público europeu vê a UE, em comparação com os governos nacionais isoladamente, perguntando qual instância seria a mais efetiva no combate à crise financeira. A maioria dos cidadãos concorda que a UE é a instância mais eficaz para a tomada de medidas no combate à crise (Eb 75 2011, 21) e sinalizam uma crescente adesão à ideia de que a integração e a coordenação de ações entre Estados membros através da UE são bem-vindas:

Figura 3. Crise financeira internacional e o papel da UE



Fonte: Eb 75 2011

De 2009 a 2011, subiu de 66% para 73% a percepção de que a UE deve exercer um papel mais relevante regulando as finanças, subiu também de 67% para 77% a percepção de que deve haver uma mais estreita supervisão da UE sobre os grandes e importantes grupos financeiros internacionais. De 71% para 79%, aumentou o suporte a uma maior coordenação das políticas econômicas entre os Estados membros da UE, de 67% para 75% (dados até 2010) a defesa de uma mais próxima supervisão por parte da UE sobre o uso do dinheiro público para ajuda financeira a instituições financeiras e bancos, e de 74% (dados de 2010) para 78% a maior coordenação de políticas financeiras e econômicas entre os Estados membros da UE e membros da zona do euro (Eb 75 2011).

Com isso pode-se concluir que, no lugar de considerarem a necessidade da retomada das rédeas da economia por parte dos



governos e instituições nacionais, o que se vê é uma tendência ao aumento de apoio e expectativas de condução das matérias econômicas e financeiras pela UE.

Seria a crise na Europa um momento de sugerir que o *capability-expectations gap* (Hill 1993) poderia ser diminuído, pelo fato das sociedades nacionais não se mostrarem confiantes de que seus governos nacionais teriam sido capazes de evitar ou mesmo conduzir melhor a situação de crise que as instituições europeias? As pesquisas de opinião conduzidas nos últimos anos pelo Eurobarometer não demonstram que, em algum momento, o público europeu culpou a UE pela crise econômica, que é internacional e não simplesmente europeia. No lugar de acirrar-se atitudes de desagregação e crítica ao processo de integração, o público europeu parece sinalizar, de modo ainda mais determinado, uma preferência pelo fortalecimento da UE?

Notas finais

Hoje a União Europeia está ranqueada como a maior economia do mundo, tanto pelo FMI, como pelo World Bank e CIA. Posição que separadamente, mesmo economias fortes e estáveis europeias, jamais conseguiriam alcançar. No entanto, foi sob as expectativas de comemorações do aniversário de 10 anos de circulação do euro que, em 2009, a crise passou a se apresentar como o grande tema de debates e desafios para os europeus, alguns deles referentes ao questionamento sobre o montante desproporcional do orçamento da união direcionado à agricultura, bem como os limites da União na condução da economia da zona do euro, por não possuir competência fiscal (Eichengreen 2012, Eichengreen 1997, Sadeh e Verdun 2009). Vê-se principalmente, uma definitiva retomada ao debate sobre o “pecado original” da UE, que foi o de criar uma união monetária sem uma união fiscal.⁴⁸

A crise financeira global iniciada nos EUA e expandida pelo mundo não escapou em afetar a UE. O GDP da UE caiu em cerca de 4% em 2009, representando a maior recessão desde 1990, com consequências para o mercado de trabalho. Hodson e Quaglia (2009) realizam um detalhado histórico do início da crise e a relação entre a crise internacional e o abalo da economia europeia. Em 2010 Hodson (2011) ilustra alguns episódios de recuperação da recessão na zona do euro, que, embora seja variável de país para país, já pode ser considerado “uniformly better than in 2009” (Hodson 2011, 232). A Alemanha, em particular, apesar de sofrer muito diretamente os efeitos, por exercer o papel de paymaster da integração, já apresenta crescimento em 2010, mantendo-se no crescimento

negativo Irlanda, Grécia e Espanha. Depois de receber ajuda, Irlanda volta modestamente a um GDP positivo, bem como a Espanha, em 2011 (apesar de apresentar o maior índice de desemprego da UE, em torno de 20 %), mas Grécia e Portugal ainda em risco entram em negociações com a cúpula europeia e enfrentam fortes crises políticas internas (Hodson 2011, 233-234).

Considerando-se a região da UE como um todo, os últimos resultados do Eurobarometer de pesquisas encaminhadas ao longo do período de crise econômica internacional, sugerem que os cidadãos europeus preferem passar pela crise juntos a passar separados. Assim como os americanos veem a crise econômica nos Estados Unidos como um terrível sinal de que são necessárias reformas e ajustes fundamentais nas políticas públicas e na economia, mas não enxergam nenhum abalo fundamental na arquitetura institucional do seu Estado, a maioria dos europeus também parece visualizar a necessidade de mudanças e ajustes em função da crise, mas não tem apontado o sistema político da UE, um modelo institucional de mais de 60 anos de existência, sob risco de destituição. O mesmo não se pode ainda dizer sobre a união econômica e monetária. A respeito desta, reformas já estão em discussão e ajustes deverão existir no âmbito da integração econômica e monetária, mas os rumos não estão totalmente definidos.

Enquanto durar a crise internacional, seja na UE, nos EUA, ou em outros lugares do mundo, turbulências sociais e demandas por reformas econômicas aparecem como sinais de insatisfação. No caso da UE, a solução para a crise econômica pode ser no sentido de recuo no processo de integração ou avanços no sentido da federalização. Análises baseadas no senso comum, ou uma visão mais superficial da importância institucional da União e das dificuldades de sua “desmontagem” jurídica e institucional, podem levar a uma conclusão apressada de que a União europeia e seus membros, bem como os cidadãos, estariam de fato dispostos a retornar ao status quo em que cada um passaria pelas crises internacionais autônoma e solitariamente. No entanto, ao mesmo tempo, o Conselho Europeu, o mais alto órgão político da União, que decide os rumos da integração e metas da integração, se reúne no mês de outubro de 2012 para discutir as orientações para o que está sendo chamado de uma “verdadeira união financeira e monetária” (Rumo à verdadeira união financeira e monetária, Relatório Intercalar, Conselho Europeu. O Presidente, 2012), dando prosseguimento aos debates e ao aprofundamento das medidas a serem tomadas para uma estabilização do euro a longo termo. Em dezembro deverá ser publicado o relatório final do Conselho, depois das inúmeras interlocuções bilaterais com o Parlamento e demais instituições da UE e, ao que tudo indica, novas medidas para uma governança econômica reforçada, criação de um Tesouro europeu com responsabilidades orçamentárias definidas, além de instrumentos mais eficazes de supervisão e disciplina econômica e orçamentária serão recomendados.

48. O Banco central Europeu exerce funções monetárias sem competência tributária.



Referências

- Eichengreen, B. European Monetary Integration with Benefits of Hindsight. *JCMS* v. 50, n. S1, 2012, p.123-136.
- . European Monetary Unification: Theory, Practice and Analysis. Cambridge, The MIT Press, 1997.
- Follesdal, A. & Hix, S. Why there is a democratic deficit in the EUA: Response to Majone and Moravcsik. *European Governance Papers-EROGOV*, no. C-05-02, 2005. http://www.google.com.br/url?sa=t&rcct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0CDQQFjAC&url=http%3A%2F%2Fwww.princeton.edu%2F~amoravcs%2Flibrary%2Fhix.doc&ei=1rxKULz-M5OI9ASO-oG4Cg&usg=AFQjCNFIuLq4RbWZgdFjavparhOMyAks3Q_
- Gabel, M. Public Support for European Integration: An Empirical Test of Five Theories. *The Journal of Politics*, v.60, n.2, 1998, p.333-354.
- . Public Support for the European Parliament. *JCMS*, v. 41, n. 2, 2003, p.289-308.
- Hodson, D. The EU Economy: The Eurozone in 2010. *JCMS*, v.49, Annual Review, 2011, p.231-249.
- Hodson, D.; Quaglia, L.. European Perspectives on the Global Financial Crisis: Introduction. *JCMS*, v.47, n.5, 2009, p.939-953.
- Hill, C. The Capability-Expectations Gap, or Conceptualizing Europe's International Role. *JCMS*, v.31, n.3, Sep 1993.
- Hix, S. *The Political System of the European Union*, Basingstoke, Palgrave, 2005.
- . The EU as a new political system, in: Caramani, D. (ed.), *Comparative Politics*, Oxford, Oxford University Press, 2008.
- Hobolt, S. B. Citizens Satisfaction with Democracy in the European Union. *JCMS*, v. 50, n.S1, 2012, p.88-105.
- Jones, E. Output Legitimacy and the Global Financial Crisis: Perceptions Matter. *JCMS*, v. 47, n 5, 2009, p.1085-1105.
- Majone, G. Europe's democratic deficit': The question of standards. *European Law Journal*, v.4, n.1, 1998, p.5-28.
- Mattli, W. *The Logic of Regional Integration. Europe and Beyond*. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.
- Moravcsik, A. In defense of the 'Democratic Deficit': Reassessing the Legitimacy of the European Union. *JCMS*, v.40 n.4, 2002, p.603-34.
- Conselho Europeu. Rumo à verdadeira união financeira e monetária, Relatório Intercalar. O Presidente. Bruxelas, 12 de outubro de 2012. <http://www.european-council.europa.eu/council-meetings.aspx?lang=pt>.
- Sadeh, T. & Verdun, A. Explaining Europe's Monetary Union: a survey of the Literature. *International Studies Review*, v. 11, 2009, p.77-301.
- Tilly, C. (ed.) *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1975.
- Weiler, J. H. H, Haltern, U. R. and Mayer, F. European democracy and its critique. *West European Politics*, v. 18, n. 3, 1995, p.4-39.
- Wilde, P.; Zurn, M. Can the Politicization of European Integration be Reversed? *JCMS*, v.50, n.51, 2012, p.137-153.

Sítios consultados:

- http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb77/eb77_en.htm
- http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb75/eb75_en.htm
- http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb71/eb71_en.htm

